

REGISTRO DE IMÓVEIS

SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA DE PARTILHA

Recurso

ap.

SEPARAÇÃO CONSENSUAL — LEI 6.515/77 - CAUTELAR - AUSÊNCIA DE BEM - PROLE INEXISTENTE - NOME DE SOLTEIRA

EMENTA

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ...a VARA DE FAMÍLIA DE (Por dependência aos autos n.)., brasileira, casada,, RG n, CNPF n., residente e domiciliada na Rua, n., ap.,, nesta Capital, por sua procuradora (doc.), com escritório profissional na Al. n., ap., CEP, telefone, Bigorilho, em e, brasileiro, casado,, RG n., CNPF n., residente e domiciliado na Rua, n.,, nesta Capital, vem respeitosamente à presença de V.Exa., pelos motivos de fato e de direito que passa a expor, propor a presente SEPARAÇÃO JUDICIAL POR MÚTUO CONSENTIMENTO com fulcro no art. 4 e seguintes da Lei n. 6.515, de 26/12/77 e arts 1.120 a 1.124 do C.P.C.: 1 - Os autores são casados desde o dia de de, conforme certidão de casamento anexa (doc.). 2 - A partir do terceiro mês de casamento começaram as desavenças entre o casal, que culminaram na separação de corpos concedida através de medida cautelar datada de de de (doc. ...). 3 - Buscam os autores através deste intento, que lhes seja regularizada a situação de separados, no que transigem vez que encontram-se residindo em endereços diversos desde então. 4 - Não há bens a serem partilhados. 5 - A autora volta a usar o nome de solteira 6 - Da união dos cônjuges não resultou prole. 7 - Isto posto, requer a Vossa Excelência que: a) - digne-se homologar a presente separação consensual, determinando sua averbação no Cartório de Registro Civil, para que produza os devidos efeitos legais; b) seja ouvido o representante do Ministério Público; c) seja admitida a produção de todos os meios de prova em direito permitidos, depoimento pessoal das partes, ouvida de testemunhas e prova documental (juntada de novos documentos). d) sejam os presentes autos apensados aos de Separação de Corpos n. Dá-se à causa o valor de R\$, para efeitos fiscais. N. Termos, P. Deferimento., de de Advogada ...